PT6657-3

TIMOR-LESTE

Genocídio físico, cultural e religioso

Introdução

Timor-Leste, uma ex-colónia portuguesa que de 1975 até hoje viu a sua população reduzida em cerca de um terço pela guerra e pela fome.

Um povo que tem o direito à autodeterminação regularmente reconhecido nas votações das Nações Unidas, mas um povo isolado e quase esquecido. Nem a extrema violência da repressão sofrida nem a determinação na luta pela sobrevivência conseguiram despertar a consciência da comunidade internacional.

Um povo que dizimado, torturado, violado pelo regime indonésio, proibido de ter língua e cultura próprias, continua a lutar, apesar da desproporção dos meios, pela sua existência como povo.

É preciso deitar um olhar para trás para perceber a situação actual.

Situada na extremidade sueste das pequenas ilhas da Sonda e a noroeste da Austrália, a ilha de Timor foi partilhada no século XVII entre os holandeses (Timor ocidental 13455 km2) e os portugueses (Timor oriental 18989 km2, enclave de Ocussi-Ambeno 2461 km2 e ilhéus de Ataúro e Jaco 144 km2).

A ilha de Timor é montanhosa chegando o monte Ramelau aos 2960 metros. Embora o subsolo esconda cobre e provavelmente petróleo, estas riquezas não foram ainda exploradas. Até 1975 a cultura principal era o café (80% das exportações). A população, embora tendo um baixo nivel de vida, não sofria de fome devido às culturas de subsistência e à criação de gado.

A população de Timor-Leste, avaliada em 609000 habitantes pelo recenseamento de 1970 (era estimada em 680000 em 1975), é constituída por um conjunto de grupos étnicos muito diversificados (31 grupos étnico-linguisticos segundo H. E. Felgas) com mestiçagem de populações vindas de Portugal, Goa e Macau e um grupo de algumas dezenas de milhares de chineses.

Embora os elementos escolarizados da população (cerca de 100%) falassem o português, a língua de comunicação entre os vários grupos era o tetum e não o bahasa indonésio, língua oficial do Timor ocidental.

A maioria da população de Timor-Leste era animista, contando-se cerca de 200000 católicos e 2400 protestantes. Na Indonésia e nomeadamente em Timor ocidental, pelo contrário, a presença do Islão é claramente predominante. Esta situação deve-se a uma presença portuguesa de mais de 4 séculos.

Um pouco de história

Os portugueses abordaram as pequenas ilhas de Sonda por volta do ano de 1520 e os primeiros a estabelecerem-se com permanência na ilha de Timor foram os missionários dominicanos. Um século depois os holandeses expulsaram os portugueses da maior parte destas ilhas e em 1651 conquistaram a cidadela de Kupang na parte oeste de Timor, começando então a ocupar a metade ocidental da ilha, mantendo os portugueses o seu domínio sobre a parte oriental.

Quem percorre a história de Timor-Leste cedo contactará com a guerra. A conspiração da Casa de Camenasse, a sublevação geral de 1729/31, a guerra de Luca, as revoltas de Lacló e Ulmera, de Contubaba e Cová, as guerras de Manufahi. Manifestações extremas do dinamismo de uma formação social em choque permanente com o bloqueio a que era submetida pelo colonialismo.

Os governos portugueses sempre mostraram muito pouco interesse por esta colónia tão longínqua, não fazendo qualquer esforço para desenvolver as suas potencialidades.

Do ponto de vista administrativo mantiveram-se os chefes tradicionais (liurai), embora com poderes limitados.

A Igreja católica através das missões, tornou-se a presença europeia com mais significado, abrindo escolas, seminários e influenciando a vida cultural do povo timor.

Em 1951 Timor é declarada "província do Ultramar" e em 1953 a nacionalidade portuguesa é reconhecida a todos os habitantes originários de Timor-Leste. Em 1972 a "província" torna-se "região autónoma" com uma Assembleia Legislativa eleita mas, dado o carácter ditatorial do regime português, este direito é essencialmente teórico.

A partir de 1961 Portugal tem problemas em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, onde surgem movimentos a favor da independência, mas não se preocupa com Timor-Leste, que ninguém reivindica. Nesse mesmo ano o Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio declara na Assembleia Geral das Nações Unidas: "No que diz respeito a Timor não temos reivindicações territoriais".

Pouco antes de 1970 um grupo de jovens timores, a quem foram abertas as colunas do jornal da Diocese SEARA, publicado em Dili, fazem-se notar e em 24 de Março de 1973 a PIDE (polícia política) fecha este centro de debate.

Os poucos timores que estudam em Portugal (39) estão atentos aos movimentos de libertação que lutam nas outras colónias portuguesas a favor da independência. Estes jovens preparam-se para um dia assumir a direcção do seu país mas vão rapidamente encontrar-se envolvidos numa verdadeira tragédia.

A revolução portuguesa e a situação em Timor-Leste

O 25 de Abril de 1974, pondo fim ao regime fascista em Portugal e à guerra colonial, abre as portas à descolonização, mas Timor está longe e os problemas parecem menos urgentes nesta terra onde não houve luta de libertação.

Formam-se três partidos em 1974:

- a União Democrática Timorense (UDT) cujos dirigentes são funcionários ou proprietários, pessoas "estabelecidas" favoráveis à manutenção de laços com Portugal sob a forma de federação;
- a Associação Social Democrática Timor (ASDT) que se chamará 4 meses mais tarde FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente), a qual reclama a independência, a participação imediata dos timores na administração e o fim da discriminação racial;
- a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI), que pretende a associação de Timor-Leste com a Indonésia, como província autónoma.

A UDT que possui pessoas influentes tem um desenvolvimento rápido nos aglomerados mais importantes mas não atinge o povo das zonas rurais.

A FRETILIN lança nas zonas rurais campanhas de alfabetização e ensino de técnicas agrícolas de base, propõe a reforma agrária e a formação de cooperativas agrícolas e ganha uma adesão que lhe permite ultrapassar rapidamente a influência da UDT. Em Fevereiro de 1975 o observador australiano R. Osburne considera que 60% da população é favorável à FRETILIN e que esta influência continua a aumentar.

Estas duas mais importantes forças políticas da altura – FRETILIN e UDT – chegaram a estabelecer entre si uma coligação em Janeiro de 1975 na base de um projecto de autonomia para Timor-Leste, ficando apenas de fora a APODETI, que se limitava a uma representatividade muito reduzida. Todavia no seguimento de uma viagem dos seus dirigentes a Jakarta, a UDT rompe em Maio unilateralmente com a coligação, gerando uma grave situação de divisão entre o povo.

Em 11 de Agosto de 1975 a UDT ocupa militarmente os centros vitais de Dili e de outras localidades e exige ao Governo Português a prisão dos dirigentes da FRETILIN. Os militares timores abandonam os seus quartéis para se juntarem seja à UDT seja à FRETILIN, mas sobretudo a esta última.

O governador português retira-se para a ilha de Ataúro com alguns militares e civis portugueses, enquanto a UDT e a FRETILIN se envolvem numa rápida guerra civil que segundo o cônsul australiano J. Dunn acaba em princípios de Setembro pela vitória da FRETILIN que passa a controlar todo o território. Vencedora, após 3 semanas de confrontação, a FRETILIN aceita o plano português.

O cônsul australiano J. Dunn testemunha da popularidade dos dirigentes da FRETILIN e da seriedade com que cumprem a sua tarefa de governação.

Militares da UDT refugiados em Timor Indonésio fazem aliança com a APODETI e apoiados pelas forças armadas da Indonésia provocam incidentes na fronteira em Outubro.

Os Ministros português e indonésio dos Negócios Estrangeiros encontram-se em Roma entre 1 e 3 de Novembro e reconhecem num comunicado que "a responsabilidade da descolonização de Timor-Leste pertence a Portugal que, enquanto autoridade legítima desse território, se compromete a desenvolver todos os esforços para a realização rápida da autodeterminação e em boa ordem do povo de Timor Português".

Alguns dias depois, todavia, a marinha indonésia bombardeia a vila de Atabae (14 de Novembro) e movimenta as suas tropas a partir da fronteira ocidental, sem que Portugal queira ou possa reagir.

Por esta razão, e porque Portugal não quer negociar a independência na ausência dos partidos refugiados na Indonésia, a FRETILIN declara unilateralmente a independência (28 de Novembro), enquanto os dirigentes da UDT e da APODETI declaram a integração na Indonésia.

O governo português recusa uma e outra declaração e reafirma-se como potência administrante.

O governo indonésio afirma o seu "respeito pelos direitos e obrigações de Portugal, única autoridade no território" mas ao mesmo tempo declara a sua "profunda compreensão pela declaração de integração feita pelos partidos minoritários".

A invasão indonésia

Em 6 de Dezembro de 1975 o Presidente Ford e o Secretário de Estado H. Kissinger dos EUA fazem uma visita a Jakarta. Eles dão o seu acordo à invasão de Timor pela Indonésia e 12 horas após a sua partida as forças indonésias invadem Timor-Leste com meios desproporcionados.

Os horrores praticados pelas tropas indonésias ao ocupar pela força a capital são um sinal inequívoco e inquietante do genocídio que se lhe seguirá.

Num relatório publicado por J. Dunn, cônsul australiano em Timor-Leste na década de 60 e Presidente do Conselho dos Direitos do Homem da Austrália, baseado nos testemunhos de refugiados timores entrevistados em Lisboa em Janeiro de 77, afirma-se:

"Às 7 da manhã, disse ela, tinha visto como os paraquedistas indonésios abateram a tiro uma mulher na garagem da paróquia, ao lado da igreja, e duas em frente da igreja, apesar de elas levantarem as mãos ao ar. Mencionou os nomes de duas delas. A seguir as tropas indonésias ordenaram a todos que se encontravam perto da igreja que entrassem.

Às 9 da manhã do dia seguinte estas pessoas e outras receberam ordem dos soldados indonésios para irem ao cais, onde estavam presas cerca de 27 mulheres, algumas timores, outras chinesas. Ela disse que um certo número de mulheres tinham crianças com elas e que todas choravam. Os indonésios arrancavam as crianças às mães e davam-nas à multidão. A seguir foram abatidas a tiro, uma a uma. Os indonésios deram ordem aos presentes para fazerem a contagem. Às duas da tarde 59 homens, chineses e timores, foram levados para o cais. Um deles era X cuja viúva, segundo contava a minha informadora, se encontra agora na Austrália. Estes homens eram abatidos um a um. De novo os presentes tiveram de fazer a contagem. Foram cerca de 500, calculava ela. As vítimas deviam pôr-se na ponta do cais, de modo a que os corpos caíssem na água ao serem abatidos. Os soldados indonésios abriam fogo sobre os corpos na água, quando estes ainda davam sinais de vida. Muitos dos homens – tal como o tinham feito as mulheres antes de serem executadas – suplicavam aos indonésios, alguns de joelhos, mas ninguém do grupo foi poupado. Um outro informador contou-me que no dia seguinte os corpos deram à costa, em frente da casa do bispo, tendo os timores recebido ordens para os retirar daí. Estes informadores disseram-me terem ouvido dizer que as execuções tinham continuado".

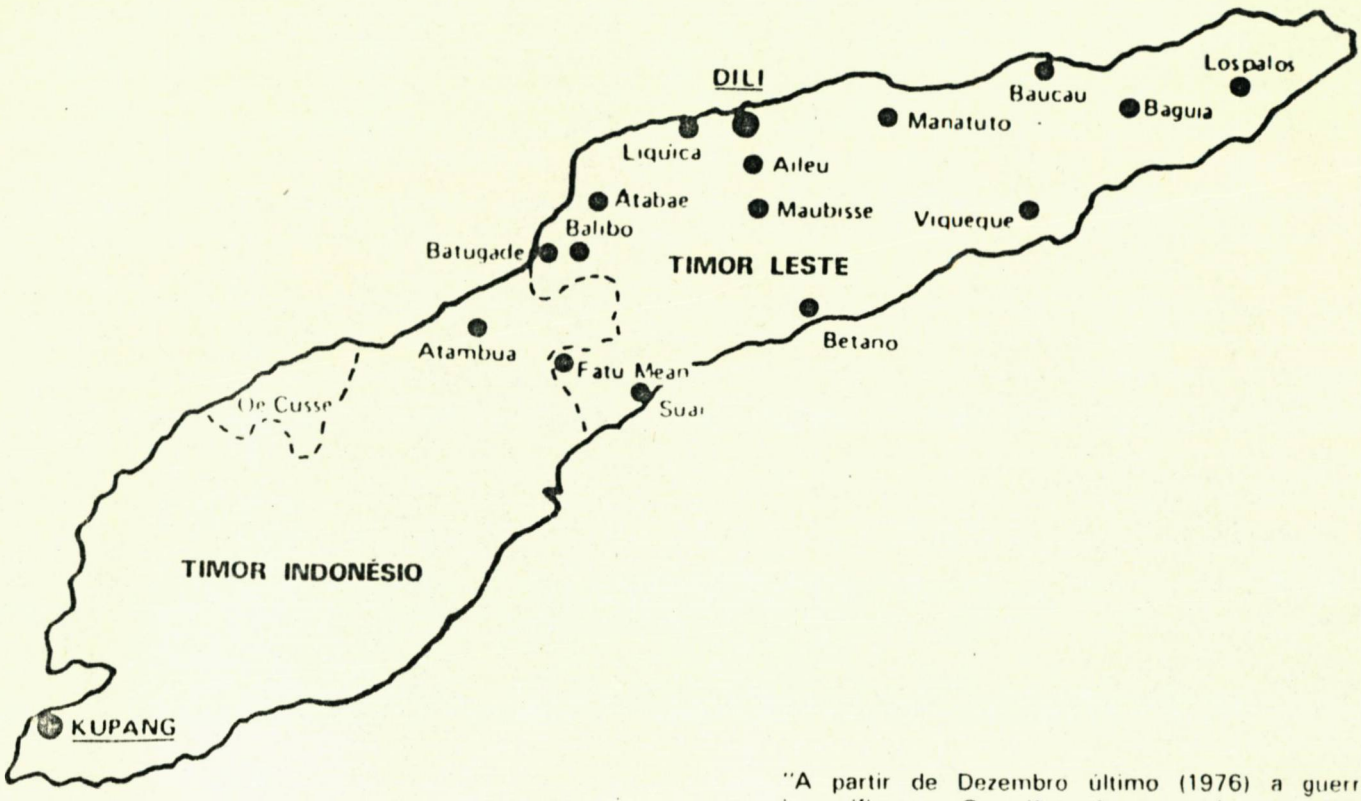
No mesmo sentido um padre católico escreve, em Novembro de 1977, numa carta saída do território clandestinamente:

"De 7 de Dezembro de 1975 até Fevereiro de 1976 estiveram ancorados no porto de Dili, 23 barcos que bombardearam as colinas que rodeiam Dili durante as 24 horas do dia. Os helicópteros (entre 8 e 12) e os aviões (4) voavam por todo o território de Timor. Em terra está um sem número de tanques e carros blindados. As tropas indonésias em Timor devem rondar os 50000 soldados (não tenho a certeza)".

Apesar destes meios a Indonésia pretendeu que o ataque não tinha sido feito pelas suas tropas mas por voluntários favoráveis à integração e que não podia impedi-los de actuar.

Após a invasão maciça de 7 de Dezembro de 1975 Portugal rompe as relações diplomáticas com a Indonésia e lança um apelo ao Conselho de Segurança da ONU. A Assembleia Geral que se encontra reunida adopta por 69 votos contra 11 e 38 abstenções uma moção que convida a Indonésia a deixar de "violar" a integridade territorial do Timor português e a retirar as suas forças sem demora (11 de Dezembro). Alguns dias depois (22 de Dezembro) o Conselho de Segurança por unanimidade pede que a Indonésia retire as suas tropas. A Indonésia não teve nunca qualquer consideração por estas moções nem por todas as que se seguiram no mesmo sentido, aprovadas na Assembleia Geral da ONU (Abril e Novembro de 1976, Dezembro de 1977 e 1978, Novembro de 1979, Outubro de 1980 e 1981).

Em Maio de 1976 na presença de jornalistas convenientemente escolhidos para visitar Dili pela primeira vez após a invasão, perante uma "Assembleia Popular" de 28 pessoas "nomeadas por auto-consentimento" o dirigente da APODETI, G. A. Gonçalves pedia à Indonésia para integrar imediatamente o território de Timor oriental, o que foi feito no dia 17 de Julho por decisão do Parlamento indonésio.



A guerra e o genocídio pela fome

Durante três anos (1976-1979) o mundo ignorou praticamente o que se passava em Timor-Leste. Ninguém, nem mesmo a Cruz Vermelha Internacional, tinha autorização dos indonésios para entrar no território. O próprio representante de Kurt Waldheim, encarregado do inquérito decidido pelo Conselho de Segurança da ONU, não foi autorizado pelos indonésios a visitar as zonas controladas pela FRETILIN.

Sabe-se que a Indonésia encontrou uma resistência que não esperava e o gigante com os seus 140 milhões de habitantes e um poderoso exército não conseguiu submeter os 700 mil timores que só dispunham das poucas e velhas armas dos portugueses.

Após a invasão inicial acompanhada dos crimes bárbaros e das execuções em massa, a maioria do povo timor refugiou-se nas montanhas sob a protecção da FRETILIN. Um missionário português (P. Leoneto do Rego) que passou quase três anos com a FRETILIN antes de pedir aos indonésios o seu repatriamento por razões de saúde diz que nos dois primeiros anos a situação era sustentável porque apesar dos 30000 soldados indonésios e das sucessivas ofensivas (fim de 1975, Novembro de 1976, Maio de 1977), o povo resistia com sucesso.

No inicio de 1977 o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Adam Malik, declara cinicamente: "Já matámos 60 a 80000 timores mas libertámos 600000".

"A partir de Dezembro último (1976) a guerra intensificou-se. Os aviões não param durante todo o dia. Há centenas de seres humanos que morrem diariamente. Os corpos são alimento para os abutres. Se não são as balas que nos matam, morremos de doenças epidémicas que destroem povoações inteiras. A guerra está a entrar no terceiro ano e parece não ir acabar tão cedo. As barbaridades (compreensíveis na idade da pedra), as crueldades, o roubo, os pelotões de fuzilamento sem qualquer justificação fazem agora parte da vida quotidiana em Timor. A insegurança é total e o terror de ser preso é o nosso alimento diário" (carta de um padre católico, Novembro de 1977)

Em 1977 os indonésios começam a destruir sistematicamente todas as culturas nas regiões montanhosas para obrigar o povo a descer para as zonas ocupadas.

A fome torna-se o principal inimigo dos timores.

A partir de 1978 a situação piora dramaticamente. O povo que descia das montanhas exausto era reagrupado em campos controlados pelos indonésios mas não via a sua sorte melhorar.

Para Elisabeth Traube, uma antropóloga de Harvard que viveu mais de dois anos em Timor-Leste, os "campos controlados (...) representam claramente uma ruptura com a longa duração e os padrões tradicionais de estabelecimento, os quais se adaptavam aos meios de subsistência tradicionais". Estas condições, declara, "nada têm que ver com o resultado natural do meio ambiente, economia ou demografia do povo de Timor-Leste. A guerra é, nitidamente, o cataclismo".

Num texto publicado em 1981 por A. Cohen e Roberta Quance, dos Estados Unidos, pode ler-se:

"Admitido pelo Departamento de Estado existem já 150 desses 'campos controlados'. A maior parte das fontes aponta para uma população de, pelo menos, 300000 indivíduos aí residentes".

Em Setembro de 1978, um grupo de jornalistas e diplomatas cuidadosamente escolhidos visitaram Timor-Leste a convite do Governo indonésio. Apesar da "visita guiada", o embaixador canadiano declarou aos repórteres que as pes-

soas que tinham tido a oportunidade de ver na aldeia de Remexio "se encontravam numa situação deplorável. Em muitos casos estão a morrer de fome, desesperadamente doentes, necessitando de auxílio imediato em termos de alimentação, vestuário e assistência médica elementar".

E os diplomatas lançam nessa altura um grito de alarme: mais de 100000 pessoas encontram-se num estado de inanição completa.

Segundo o testemunho dos religiosos locais que participaram no trabalho de assistência às populações, num só distrito (num total de 14) morriam cerca de 500 pessoas por mês devido à fome

> "(...) um relatório da Igreja indonésia apresentado em 1979, referia que um destes centros, perto de Maubisse, estava praticamente sem alimentos e que os seus medicamentos se resumiam a 300 comprimidos de cloroquina e 5 metros de ligaduras. De acordo com a mesma fonte, em Ermera morriam cerca de 300 pessoas por mês devido às difíceis condições de vida no campo" (in declaração de J. Dunn ao Tribunal Permanente dos Povos, sessão sobre Timor-Leste, Lisboa, Junho de 1981)

A violência dos invasores é indiscritível e é muito difícil romper o isolamento e por isso só em 1982 se torna conhecido um documento clandestino escrito em Julho de 1981, intitulado "Relatório desta triste Babilónia-cativeiro" no qual se afirma

> "No dia 23 de Novembro de 1978, na montanha de Uadaboro das cordilheiras de Matebia, situada na parte leste da ilha de Timor-Leste, foram mortos a rajada de metralhadora cerca de 500 pessoas, inclusivamente mulheres grávidas e crianças de todas as idades. O massacre teve lugar depois das tropas indonésias terem conseguido aliciar as pessoas dizendo que 'eles vinham apenas para ajudar o povo de Timor'".

Aqueles que oferecem resistência armada aos indonésios são feitos desaparecer "como, por exemplo, morte por bala, atirados de helicóptero para terra ou para o mar com pedras penduradas nos pés (..)". "Violam as mulheres à frente dos maridos e a seguir o marido e a mulher são abatidos". As torturas são inúmeras, variando desde o ferro em brasa a cadeiras eléctricas, pontas de cigarros, corte com lâminas. "As queimaduras, são feitas em todas as partes do corpo, principalmente nos órgãos sexuais. Se for mulher é também nos seios. Ainda hoje muitos têm cicatrizes das torturas".

Através de uma carta datada de Janeiro de 1981 e enviada clandestinamente do território, uma testemunha, cujo nome se omite por razões de segurança, descreve a situação do seguinte modo:

> "A guerra continua feroz, embora sem os bombardeamentos aéreos, por causa da presença da Cruz Vermelha Internacional. A partir de 10.6.80 as prisões estão abarrotadas; Ataúro tornou-se em colónia penal para os presos políticos. Dezenas de pessoas desaparecem misteriosamente; o terror e a insegurança voltaram ao coração do povo, várias povoações de novo destruídas e queimadas e os seus habitantes deportados ou para campos de concentração ou para Ataúro. A fome por um lado e a doença por outro vão dizimando a população. As pessoas concentradas nos postos administrativos não têm liberdade para irem fazer a sua horta nem tratar dos seus animais. Consequência — tudo esperam do dominador: comida, roupa, remédios... O dominador distribui comida, roupas e remédios da Cruz Vermelha Internacional ou da A.C.R.S. como se fosse propriedade dele. Distribui tudo não de graça, mas à custa do extorquir das consciências a aceitarem a Indonésia.
>
> O povo morre mas não se rende ao invasor. Há 5 anos que vem afirmando a sua vontade de ser também um povo livre. A partir de 1.1.81, todos os funcionários que não aceitaram a nacionalidade indonésia ficaram sem emprego, quer público quer particular. Estas pessoas que não querem dobrar-se à tirania da Indonésia, preferem morrer à fome, uma vez que a Indonésia não as quer deixar sair de Timor. O resto do povo, levado pela força das circunstâncias aceitou a nacionalização, externamente, pois no fundo deseja a sua liberdade. contra força bruta não há argumentos válidos!
>
> (...) As deslocações internas são fiscalizadas e controladas pelas forças armadas e muita vez o povo simples tem que pagar impostos e mais impostos pelo caminho até chegar ao destino. A vida é caríssima em Timor, devido somente à corrupção, exploração e especulação. As saídas para fora são interditas e só quem é milionário consegue por corrupção, obter a liberdade. A correspondência epistolar é aberta, seja registada ou não registada. A liberdade de expressão, de associação, de reunião de grupos não existe. As torturas nas prisões são inqualificáveis, sobretudo tratando-se de mulheres e raparigas. A expropriação dos seus bens familiares — jóias, produtos comerciais, café, madeiras, sândalo, tornam-se normais: o timorense que tem plantação de café não tem direito de vender o seu café, que é feito propriedade do invasor".

Em 1981 os indonésios lançam a operação "Pacificação" na qual 50000 timores foram obrigados a participar nas patrulhas à frente dos militares indonésios desarmados e servindo de escudos vivos aos soldados.

A recusa da ajuda humanitária

A Indonésia recusou as propostas de ajuda humanitária internacionais. Só em 1979 foram autorizados programas de ajuda do American Catholic Relief Service (ACRS) e da Cruz Vermelha Internacional, por intermédio da Cruz Vermelha Indonésia. O director de programas da ACRS afirmou que o grau de malnutrição das vítimas da fome de Timor era pior que tudo o que tinha visto em 14 anos de experiência. O P. Raper, jesuíta australiano, membro de uma agência católica de socorro afirma que metade do orçamento de assistência tem de ser pago ao exército indonésio para custear despesas de transporte e armazenamento.

Além disso, uma grande parte da ajuda é comercializada pelos militares em seu próprio proveito: "70% dos artigos foram desviados. O produto do desvio é vendido ao povo ou faz-se a permuta com o povo" (documento citado, Julho de 1981).

Em Julho de 1979, os delegados do CICV visitam 13 aldeias com a população total de 75000 habitantes. Declaram que 60000 pessoas estavam num estado alarmante de subalimentação e, entre elas, cerca de 20000 morreriam de fome. E o CICV não foi a nenhum dos locais que os representantes da Igreja tinham descrito como dos piores.

É preciso não esquecer que são os militares indonésios que determinam que ajuda, como e quando, a comunidade internacional poderá fornecer a Timor-Leste. O que significa por exemplo que nenhum auxílio, seja de que tipo for, pode chegar às áreas fora do controle indonésio.

O relatório a que nos vimos referindo, datado de Julho de 1981, afirma ainda: "(...) os membros representantes da Cruz Vermelha Internacional têm sede em Dili e deslocam-se raras vezes para as zonas do interior". E revela: "(...) mesmo que o povo não receba a quantidade estabelecida nunca deverá informar os membros das organizações internacionais porque são ameaçados de morte".

Genocídio cultural

O P. Leoneto do Rego declarou perante o Tribunal Permanente dos Povos reunido em Junho de 1981, na sessão dedicada a Timor-Leste:

"Entre o povo de Timor-Leste e o povo da Indonésia há divergências sensíveis, culturais, morais e religiosas.

O povo de Timor-Leste identifica-se como um povo distinto do povo indonésio, na língua, nos costumes, na sua tendência religiosa e na sua moral.

O povo de Timor-Leste conservou sempre, apesar da dominação colonial de 4 séculos, uma língua — o tetum — como língua comum e veículo de comunicação entre os povos das diversas regiões de Timor que além do tetum conservam os seus dialectos de origem.

O Governo indonésio, para consolidar a ocupação de Timor-Leste, pretende substituir o tetum pela língua indonésia.

O povo de Timor-Leste além da língua tem a sua cultura e tradições próprias, e quanto a religião, é por tradição animista e foi por isso que de bom grado aceitaram a religião cristã que lhes vinha aperfeiçoar o culto animista, principalmente no que se refere à veneração pelos mortos.

A violação dos túmulos para usurpar certos objectos de valor que por costume acompanham o cadáver à sepultura, tem sido das acções dos ocupantes indonésios a que mais tem chocado a sensibilidade do povo de Timor-Leste".

A Indonésia impõe a sua língua, os seus costumes e tradições, envia compulsivamente os professores timores para reciclagens em Jakarta, fecha escolas, viola sistematicamente os valores culturais do povo de Timor-Leste.

Na citada carta enviada por um sacerdote católico, em Novembro de 1977, pode ler-se: "Um grande número de missões católicas não tem padres. As escolas foram fechadas por um periodo de 2 anos. A actividade é nula". E acrescenta: "A reforma dos costumes significa o aparecimento de cabarés e bordéis".

A mesma realidade é confirmada também pela carta de Janeiro de 1981:

"Neste últimos dias do fim do ano houve muitas prisões, entre elas todo ou quase todo o professorado de Baucau — Fatumaca" (Escola de Artes e Ofícios dos Salesianos).

"(...) O nivelamento da classe intelectual está no programa do invasor. Praticamente todos os instruídos já foram eliminados ou estão em vias de o serem. O nível das escolas depois de 5 anos de ocupação, não ultrapassa o SMP (o ciclo preparatório português)! Não é autorizada a abertura do SMA (Liceu) por razões que não desconhecemos, mas toda a gente sabe que é para não criar elites em Timor. Os que querem continuar os estudos, podem fazê-lo fora da sua terra contando que tenham com que pagar as despesas".

Mais recentemente, o relatório saído clandestinamente de Timor-Leste e datado de Julho de 1981, revela:

"No posto de Uatolari, no concelho de Viqueque, foram exterminados os rapazes que tinham uma habilitação mínima de segunda classe de instrução primária. (...) Por vezes os fuzilamentos têm lugar à frente dos familiares que são proibidos de chorar ou andar de luto".

O genocídio é total. Desaparece o povo, a sua cultura, a sua vida. A Humanidade fica mais pobre.

Bruno Pistocchi, antigo missionário em Timor-Leste, sente profundamente esta realidade e exprime-a a partir da sua própria vivência:

"Li que em Kelicai, um dos centros Makassae a que me sinto ligado, onde escrevi a gramática e onde descobri as mais belas poesias Makassae, houve 50 mortos em 15 dias. Será rápida a destruição de um povo de 78000 habitantes bem assim como da sua cultura e de uma civilização. É um pedaço da humanidade que desaparece definitivamente. Conhecemos tudo acerca de Atenas, a sua história foi-nos transmitida, o Parthénon conta-no-la, mas de Kelicai, de Baguia, de Baucau, Uatolari, Ossu, não poderemos saber mais nada. Da filosofia, da fé, da alma de todo um povo, não ficará nenhum vestígio; elas eram confiadas à dança, à poesia, ao canto oral, ao "rata lolo" (história contada dos velhos) testemunhos de toda a riqueza de um povo. O timor nunca pensou em criar um hospício para os velhos, uma casa de repouso: o velho é a enciclopédia da comunidade, o educador dos jovens, o livro de história e geografia, é, em suma, a continuidade com o passado e o avanço para o futuro".

O papel da Igreja

Na sua sede de destruição, o exército indonésio não poupou a Igreja, nem escondeu dela os massacres que ia perpetrando: após os assassinatos em série cometidos no cais na manhã de 8 de Dezembro de 1975, "os corpos deram à costa, em frente da casa do bispo", conforme relata uma testemunha. E o sacerdote que escreve em Novembro de 1977 recorda:

"Oe-Cusse faz parte da diocese de Atambua. A nossa residência, Bispo de Medeiros, foi destruída pelo fogo dos invasores, o seminário de Dare foi destruído, assim como os colégios católicos de Maliana e Soibada. Timor não foi integrado. Foi anexado. Não foi libertado do comunismo." (como o pretendeu a Indonésia).

O P. Leoneto do Rego, Superior da Missão de Soibada, afirma:

"As igrejas e o seminário foram pilhados, e os livros deste último queimados. Quando as casas já não tinham nada os soldados indonésios viravam-se para os túmulos dos europeus e timores mais abastecidos... desenterraram o túmulo do P. Martins em Maliana e lhe arrancaram os dentes de ouro".

Assim, a Igreja comparticipou do sofrimento do povo, da sua humilhação frente ao invasor estrangeiro, da sua impotência face à força imposta pelas armas.

Muitos sacerdotes continuaram o seu trabalho, nomeadamente no interior, junto daqueles que mais eram postos à prova.

O P. Leoneto do Rego contà: "Éramos 6 padres nas zonas da FRETILIN, entre eles dois naturais de Timor ( ).

sempre tivemos toda a liberdade para a nossa actividade pastoral"

O Administrador Apostólico de Dili, Monsenhor da Costa Lopes, declara por sua vez à Rádio WDR (Alemanha Federal) em 1980

"A guerra continua. Combate-se sempre, por exemplo em Lospalos. A FRETILIN recusa toda a colaboração com os indonésios (...). Os homens da FRETILIN têm uma formação católica. Eles passaram pelos nossos seminários, lutam pela independência. Não vejo nada de errado nisso"

Estas declarações foram feitas na presença de dois oficiais indonésios como é obrigatório para todos os contactos com estrangeiros.

A acção dos padres é submetida ao controle dos invasores mas mesmo com estas limitações a Igreja é a única organização timor que é autorizada, e as raras notícias que nos chegam do território martirizado vêm através das instituições eclesiásticas. O excesso mesmo de alguns testemunhos mostra bem a importância que os timores atribuem à Igreja católica neste processo:

"Apenas o clero tem trabalhado, trabalha e trabalhará para o povo de Timor-Leste (...). Há padres que com coragem e valentia enfrentam as armas mortíferas dos assassinos indonésios, suplicando aos pés destes carrascos para salvar as vidas" (relatório citado).

Mais ainda do que palavras há factos que comprovam essa importância.

Afirma o P. Patrick Walsh, australiano, "(...) o número de católicos em Timor-Leste aumentou repentinamente de 30% da população total (antes de 1975) para mais de 50%. Seja qual for a profundidade da fé destes recém-convertidos das tradicionais crenças religiosas de Timor, o seu alinhamento com a influente Igreja católica local é mais uma prova das suas aspirações, para não falar, é claro, da sua busca de segurança e protecção".

A campanha de conversão ao Islão, decidida pelos poderes indonésios, ganha um especial significado perante a atitude aglutinadora da Igreja.

Vários testemunhos nos dão conta da amplitude da tentativa de islamização.

Na carta a que temos feito referência, escrita por um sacerdote em Novembro de 1977, lê-se:

"Liberdade é uma palavra sem significado. A libertação que proclamaram (os indonésios) significa escravatura. Timor voltou aos anos de 1945-1950. O anti-comunismo é um slogan islâmico (...)"

Mais recentemente esta notícia é confirmada pelo "Relatório desta triste Babilónia-cativeiro" (Julho de 1981). Aí se afirma que "(...) os islâmicos estão a empregar todos os meios para suprimir a religião católica". O autor do documento clandestino teme que a Igreja católica venha a ser abolida ou que os indonésios consigam de facto islamizar o território uma vez que empregam as mais variadas tácticas para conseguir tal fim. Por exemplo, lê-se no relatório que os invasores chegam a "prometer muito dinheiro para aqueles que querem entrar no Islão", assim como apregoam a "distribuição de géneros alimentícios e roupas".

Neste contexto, mais importante se torna a missão da Igreja, quer local quer universal.

No entanto, apesar desta corajosa atitude, e dos riscos que os membros da Igreja correm diariamente ao partilhar com o povo a sua dramática condição, os apelos que enviam para o exterior nem sempre têm tido o eco que seria justo de esperar.

"Faça qualquer coisa de concreto pela libertação de todo o povo de Timor. O mundo ignora-nos e isto é lamentável. Estamos a caminho de um genocídio" (Carta do Padre católico, Novembro de 1977)

Lentamente, o mundo e as Igrejas têm vindo a tomar consciência do que se passa em Timor-Leste. Hoje começam a fazer-se ouvir algumas vozes, clamando justiça e liberdade para o povo de Timor-Leste, oprimido durante 400 anos pelo colonialismo português e dizimado pelo regime da Indonésia.

Nesta acção de denúncia e esclarecimento, os cristãos têm um importante e insubstituível papel a desempenhar.

O jornal norte-americano "Los Angeles Times" revela numa sua edição de Janeiro de 1982

"Um sacerdote católico que fazia parte de um grupo de timores foi ameaçado ao depor perante o Congresso Americano, alertando quanto ao que se passa em Timor-Leste. A Amnistia Internacional e a Igreja Católica em Timor-Leste recomendam que as agências internacionais possam estar presentes no território para proporcionarem alguma protecção à população de Timor".

Também na Austrália, país vizinho de Timor Leste e com grandes responsabilidades na área, se exprimem as mesmas preocupações. O jornal "Camberra Times", publicado em Sidney, noticiou em Janeiro de 1982:

"O Director Nacional do Socorro Católico Australiano, M. Michael Whiteley, diz: 'Queremos aliviar o sofrimento do povo de Timor e não compreendemos porque razão o Governo indonésio não permite nem autoriza a entrada de uma delegação australiana no território de Timor-Leste. Parece que as autoridades indonésias estão determinadas em suprimir a verdade quanto à actual situação em Timor-Leste'".

O Administrador Apostólico de Dili, Monsenhor da Costa Lopes, afirma em carta dirigida à Caritas Australiana (Novembro de 1981), a propósito da operação "Pacificação" conduzida pelo exército indonésio em Junho e Setembro e que no dizer de um Padre residente em Timor "atravessou o território como se fosse um ciclone":

"A fome grassa novamente. Estes homens que deveriam preparar os terrenos para as plantações regressaram demasiado fracos para trabalhar". Muitos dos que foram mortos durante a operação eram "crianças inocentes, mulheres grávidas e pessoas sem defesa que não cometeram qualquer crime excepto desejarem serem independentes de toda a opressão".

Lisboa, Maio de 1982

LIBERTAR
Jornal de Grupos Cristãos de Base